

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2004**

(lavrada sob a forma de sumário conforme permissivo do artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76)

1. Data, Hora e Local. Às 18:00 horas do dia 27 de agosto de 2004, na Rua Tabapuã, nº 1.105 - 12º andar - Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença.** Todos os membros do Conselho de Administração. **3. Convocação.** Dispensada, conforme o parágrafo 2º, do artigo 10, do Estatuto Social da Companhia, pelo comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **4. Composição da Mesa.** Presidente: João Luiz Serafim da Silva, Presidente do Conselho de Administração. Secretário: Carlos Alberto Bezerra de Miranda. **5. Agenda.** Deliberar, com base nos poderes que lhes foram delegados na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 18 de maio de 2004 (a “AGE”), que deliberou sobre a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da Companhia (a “Emissão” e as “Debêntures”, respectivamente), sobre todas as condições de que tratam os incisos VI a VIII do referido artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a “Lei das Sociedades por Ações”). **6. Deliberações.** Os membros do Conselho de Administração decidiram deliberar sobre todas as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, conforme segue: • **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), em 1º de agosto de 2004 (a “Data de Emissão”). • **Quantidade de Valores Mobiliários.** Serão emitidas 18.000 (dezoito mil) Debêntures. • **Número de Séries.** Conforme estabelecido na AGE, a Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo 9.000 (nove mil) debêntures da 1ª série (as “Debêntures da 1ª Série”) e 9.000 (nove mil) debêntures da 2ª série (as “Debêntures da 2ª Série”). • **Valor Nominal Unitário.** Conforme estabelecido na AGE, o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão, para ambas as séries (o “Valor Nominal Unitário”). • **Conversibilidade, Forma e Espécie.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora, e serão do tipo nominativa-escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Ademais, As Debêntures serão da espécie subordinada. • **Prazo.** As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série terão prazo de 12 (doze) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se em 1º de agosto de 2016 (a “Data de Vencimento”). • **Remuneração. 1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série. 1.1.** As Debêntures da 1ª Série serão remuneradas a um percentual da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, “over extra grupo” expressa na forma percentual ao ano calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal Valor Econômico, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (a “Taxa DI”), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, sendo que o percentual acima referido, determinado em processo de *bookbuilding*, foi fixado em 105% (cento e cinco por cento) da Taxa DI (a “Remuneração das Debêntures da 1ª Série”). A Taxa DI aplicável às Debêntures da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias corridos, adotando-se como base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme definido no item *Datas de Pagamento da Remuneração*, relativa às Debêntures da 1ª Série, devendo ser pago trimestralmente a partir do 27º (vigésimo sétimo) mês da Data de Emissão, ou seja, ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item *Remuneração*, 3, nas Datas de Pagamento da Remuneração. O rendimento das Debêntures da 1ª Série decorrente dos primeiros 24 (vinte e quatro) meses será calculado a partir da Data de Emissão e incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, gerando-se, assim, um novo Valor Nominal Unitário, que será a nova base para a incidência da Remuneração das Debêntures da 1ª Série a partir do 25º (vigésimo quinto) mês. **1.1.1.** Entende-se por “Período de Vigência da Remuneração da 1ª Série” o período durante o qual as condições de Remuneração das Debêntures da 1ª Série permanecerão vigentes, ficando desde já estabelecido que o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 1ª Série terá início na Data de Emissão, encerrando-se em 1º de agosto de 2007, ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série, o que ocorrer primeiro. **2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série. 2.1.** A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus à remuneração abaixo descrita (a “Remuneração das

Debêntures da 2ª Série” e, quando designada juntamente com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a “Remuneração”). **2.1.1. Atualização** - As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (a “Atualização das Debêntures da 2ª Série”).

O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo. A aplicação do IGP-M incidirá anualmente.

2.2. Juros Remuneratórios - As Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa ao ano, determinada com base em processo de *bookbuilding*, fixada em 9,55% (nove vírgula cinquenta e cinco por cento) ao ano. Os Juros Remuneratórios incidirão sobre o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série (o “Valor Nominal Unitário Atualizado”), e serão calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, desde a Data de Emissão, ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, devendo ser pagos anualmente a partir do 36º (trigésimo sexto) mês da Data de Emissão, ou seja, ao final de cada Período de Capitalização, nas Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série. A Remuneração das Debêntures da 2ª Série decorrente dos primeiros 24 (vinte e quatro) meses será calculada a partir da Data de Emissão e incorporada ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, gerando-se, assim, um novo Valor Nominal Unitário, que será a nova base para a incidência dos Juros Remuneratórios e da Atualização das Debêntures da 2ª Série a partir do 25º (vigésimo quinto) mês.

2.2.1. Entende-se por “Período de Vigência da Remuneração da 2ª Série” o período durante o qual as condições de Remuneração das Debêntures da 2ª Série permanecerão vigentes, ficando desde já estabelecido que o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série terá início na Data de Emissão e vencimento em 1º de agosto de 2009, ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 2ª série, o que ocorrer primeiro. **3.** Para fins de cálculo da Remuneração, entende-se por “Período de Capitalização” (i) para as Debêntures da 1ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série subsequente, exclusive (“Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série”), e (ii) para as Debêntures da 2ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, exclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, exclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração relativa às Debêntures da 2ª Série subsequente, inclusive, sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade (“Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série”, e em conjunto com Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, o “Período de Capitalização das Debêntures”). • **Amortização. 1.** No caso das Debêntures da 1ª Série, o Valor Nominal Unitário na data de 1º de agosto de 2006 será pago em 40 (quarenta) parcelas, trimestrais e sucessivas, a partir do 27º (vigésimo sétimo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2006, e o último pagamento em 1º de agosto de 2016, por ocasião do vencimento das Debêntures da 1ª Série (a “Amortização das Debêntures da 1ª Série”), ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª série, o que ocorrer primeiro. **2.** No caso das Debêntures da 2ª Série, o Valor Nominal Unitário na data de 1º de agosto de 2006 será pago em 10 (dez) parcelas, anuais e sucessivas, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de agosto de 2007, e o último pagamento em 1º de agosto de 2016, por ocasião do vencimento das Debêntures da 2ª Série (a “Amortização das Debêntures da 2ª Série”), ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 2ª série, o que ocorrer primeiro. • **Datas de Pagamento da Remuneração. 1.** Durante o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, os

valores relativos à Remuneração das Debêntures da 1ª Série deverão ser pagos trimestralmente a partir do 27º (vigésimo sétimo) mês da Data de Emissão, sempre no dia 1º dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo que o último pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série ocorrerá no dia 1º de agosto de 2016 ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª série, o que ocorrer primeiro. **2.** Durante o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, os valores relativos aos Juros Remuneratórios e à Atualização das Debêntures da 2ª Série que compõem a Remuneração das Debêntures da 2ª Série deverão ser pagos anualmente a partir do 36º (trigésimo sexto) mês da Data de Emissão, sempre no dia 1º do mês de agosto de cada ano, sendo que o último pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série ocorrerá no dia 1º de agosto de 2016 ou na data de vencimento antecipado das Debêntures da 2ª série, o que ocorrer primeiro (cada data de pagamento da remuneração referida como a “Data de Pagamento da Remuneração”).

- **Procedimento de Distribuição e Forma de Subscrição e Integralização das Debêntures.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, conforme os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM nº 400/03”), sendo que as instituições financeiras farão a colocação das Debêntures observando-se o disposto no artigo 21 da Instrução CVM nº 400/03, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, e sem ordem cronológica, os clientes das instituições intermediárias da distribuição e de eventuais instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários devidamente autorizadas a operar no mercado de capitais, contratadas pela instituição líder da distribuição, que desejarem efetuar investimento nas Debêntures. As Debêntures terão registro para distribuição no mercado primário por meio do SDT e/ou BOVESPA FIX, sendo custodiadas na CBLIC, e para negociação no mercado secundário por meio do (i) SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; e/ou (ii) BOVESPA FIX, sendo custodiadas na CBLIC.
- **Condições de Subscrição e Integralização das Debêntures.** As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.
- **Fiança.** Sem prejuízo de outras garantias que, porventura, venham a ser propostas pela Companhia quando da repactuação das Debêntures, nos termos do item Repactuação e Direito de Venda abaixo, as Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série serão garantidas, respectivamente, até, inclusive, a Data do Exercício do Direito de Venda, conforme definido no item *Repactuação e Direito de Venda* abaixo, por uma fiança a ser prestada pela Alcoa Alumínio S.A. (Grupo Alcoa), pela CPFL Energia S.A. (Grupo CPFL), pela Hejoassu Administração S.A. (Grupo Votorantim) e pela Camargo Corrêa S.A. (Grupo Camargo Corrêa) (as “Fiadoras”). Referida fiança será prestada sem solidariedade pelas Fiadoras, que se reservam o benefício da divisão, nos termos dos artigos 829 e 830 do Código Civil, nas seguintes proporções da totalidade da dívida:

- (i) Alcoa: 42,1752%
- (ii) CPFL: 25,0059%
- (iii) Hejoassu: 18,5674%
- (iv) Camargo Corrêa: 14,2515%

- **Repactuação e Direito de Venda.** As Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série serão sujeitas à repactuação. A Emissora, por meio do seu Conselho de Administração, deverá propor a repactuação de determinadas características das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os seguintes termos e condições: **1.** A repactuação das Debêntures da 1ª Série ocorrerá ao final do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, ou seja, em 1º de agosto de 2007 (a “Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série”), e a repactuação das Debêntures da 2ª Série ocorrerá ao final do 5º (quinto) ano contado da Data de Emissão, ou seja, em 1º de agosto de 2009 (a “Data de Repactuação das Debêntures da 2ª Série”) e, em conjunto com a Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série, as “Datas de Repactuação”. **2.** A Emissora, por meio do seu Conselho de Administração, deverá deliberar e comunicar aos Debenturistas, por intermédio de publicação de Aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis das respectivas

Datas de Repactuação, as condições aplicáveis ao Período de Vigência da Remuneração subsequente (o “Novo Período de Vigência da Remuneração”), incluindo, mas não se limitando (i) ao prazo do Novo Período de Vigência da Remuneração; (ii) à remuneração a vigorar durante o Novo Período de Vigência da Remuneração com relação às Debêntures da 1ª Série e às Debêntures da 2ª Série; (iii) à periodicidade de pagamento da remuneração durante o Novo Período de Vigência da Remuneração; (iv) ao *covenant* financeiro, conforme estabelecido no inciso (h) do sub-item 1 do item *Vencimento Antecipado* abaixo, a vigorar durante o Novo Período de Vigência da Remuneração, (v) à nova estrutura de garantias; e (vi) às demais características. 3. Na mesma comunicação a que se refere o sub-item 2 do item *Repactuação e Direito de Venda*, serão divulgados os locais do Agente Escriturador nos quais os Debenturistas, cujas Debêntures estejam ali depositadas, poderão exercer o Direito de Venda, conforme definido no sub-item 4 do item *Repactuação e Direito de Venda* a seguir. 4. Os Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora, conforme disposto no sub-item 2 do item *Repactuação e Direito de Venda*, terão o direito de vender, à Companhia, todas ou apenas parte das Debêntures de que sejam titulares, sendo que esse total a Companhia será obrigada a adquirir integralmente (o “Direito de Venda”), desde que manifestem, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do Aviso aos Debenturistas de que trata o mesmo sub-item 2 do item *Repactuação e Direito de Venda*, por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures depositadas no SND, ou por meio dos procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX, ou, ainda, por intermédio do Agente Escriturador, para as Debêntures não vinculadas a esses sistemas, o exercício do Direito de Venda, indicando a quantidade de Debêntures sobre a qual desejam exercer o Direito de Venda (as “Debêntures Objeto de Venda”). 4.1. Durante o prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do Aviso aos Debenturistas de que trata o sub-item 2 do item *Repactuação e Direito de Venda*, os Debenturistas poderão, a seu exclusivo critério, analisar as minutas dos documentos que, conforme o caso, comporão a nova estrutura de garantia proposta pela Emissora. 5. Decorrido o prazo de manifestação do Direito de Venda a que se refere o sub-item 4 do item *Repactuação e Direito de Venda*, e tendo o Debenturista se manifestado na forma ali prevista, o exercício do Direito de Venda pelo Debenturista será irrevogável e irretroatável, sendo certo que (a) a falta de manifestação por parte dos Debenturistas no prazo a que se refere o sub-item 4 do item *Repactuação e Direito de Venda* ou (b) a manifestação relativa somente à parte das Debêntures de que forem titulares, será considerada aceitação, por tais Debenturistas, aos termos da repactuação relativamente às Debêntures que não forem indicadas nos termos do sub-item 4 do item *Repactuação e Direito de Venda*. 6. O Direito de Venda não se aplica (a) às Debêntures que não foram indicadas pelo Debenturista para o exercício do Direito de Venda dentro do prazo a que se refere o sub-item 4 do item *Repactuação e Direito de Venda*, e (b) em caso de vencimento antecipado das Debêntures. 7. As Debêntures Objeto de Venda ficarão bloqueadas e não poderão ser negociadas ou retiradas do SND, para as Debêntures depositadas nesse sistema, ou da CBLC, para as Debêntures depositadas nesse sistema, ou, ainda, do Agente Escriturador para as Debêntures não vinculadas aos sistemas mencionados, desde a manifestação do Debenturista a que se refere o sub-item 4 do item *Repactuação e Direito de Venda* até (i) o dia 1º de agosto de 2007, para as Debêntures da 1ª Série, quando devem ser liquidadas pela Emissora ou pelas Fiadoras, caso a Emissora não efetue o pagamento tempestiva e devidamente, no caso do primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 1ª Série; e 1º de agosto de 2009, para as Debêntures da 2ª Série, quando devem ser liquidadas pela Emissora ou pelas Fiadoras, caso a Emissora não efetue o pagamento tempestiva e devidamente, no caso do primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, ou até (ii) o dia da efetiva liquidação das Debêntures Objeto de Venda caso não sejam efetuados os pagamentos devidos pelas mesmas em 1º de agosto de 2007 e 1º de agosto de 2009, respectivamente, o que ocorrer primeiro (“Data do Exercício do Direito de Venda”). 8. Em até 05 (cinco) dias corridos contados do último dia do prazo de 10 (dez) dias úteis a que se refere o sub-item 4 do item *Repactuação e Direito de Venda*, a Emissora informará ao Agente Fiduciário a quantidade total das Debêntures Objeto de Venda, sendo sua aquisição, pela Companhia, nos termos do item *Repactuação e Direito de Venda*, efetuada pelo saldo do Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, ainda não amortizado, nos termos do item Amortização acima, acrescido da

Remuneração cabível, calculada *pro rata temporis* desde a última Data de Pagamento da Remuneração até a Data de Exercício do Direito de Venda, sendo certo, entretanto, que as condições da Remuneração aplicáveis às Debêntures Objeto de Venda até a referida data serão aquelas a que se refere os sub-ítem 1 a 2.3.1 do item *Remuneração* acima, ou seja, a Remuneração em vigor até o dia 1º de agosto de 2007, para as Debêntures da 1ª Série, e dia 1º de agosto de 2009, para as Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* (“Preço de Exercício”). No dia útil imediatamente anterior à Data de Exercício do Direito de Venda, a Emissora enviará ao SND, ou à CBLIC, ou ao Agente Escriturador para as Debêntures não vinculadas ao sistemas mencionados, conforme o caso, a informação referente ao Preço de Exercício. **9.** A responsabilidade pelo pagamento do Preço de Exercício das Debêntures Objeto de Venda, Na Data do Exercício do Direito de Venda, será única e exclusiva da Companhia sendo certo, entretanto, que se essa não o fizer, as Fiadoras deverão fazê-lo nos termos da fiança prestada consoante a Escritura de Emissão. **10.** Observado o disposto no item *Resgate Antecipado Facultativo* abaixo, poderá a Companhia, a qualquer tempo, resgatar antecipadamente as Debêntures que não as Objeto de Venda, a seu exclusivo critério. • **Resgate Antecipado Facultativo. 1.** No caso das Debêntures da 1ª Série, a Emissora, a qualquer momento, mas desde que em data diferente da Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série, reserva-se o direito de promover o resgate antecipado facultativo das Debêntures da 1ª Série em circulação mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, nos termos do item *Amortização* acima, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série devida até a data do resgate antecipado facultativo, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, acrescida de prêmio de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) incidente sobre o volume das Debêntures da 1ª Série objeto do resgate antecipado facultativo, devendo a Emissora publicar Aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos contados da data de resgate antecipado facultativo. O resgate antecipado facultativo poderá ser da totalidade ou de parte das Debêntures da 1ª Série em circulação sendo, neste último caso, efetuado mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis. O resultado do sorteio para resgate parcial, para as Debêntures registradas no SND, dar-se-á através de operação de compra e venda definitiva, conforme o Regulamento do Sistema Nacional de Debêntures - SND. **1.1.** As Debêntures da 1ª Série serão extintas por ocasião do resgate antecipado facultativo mencionado no sub-ítem 1 do item *Resgate Antecipado Facultativo*. **2.** No caso das Debêntures da 2ª Série, a partir do 3º (terceiro) ano, inclusive, da Data de Emissão, e desde que em data diferente da Data de Repactuação das Debêntures da 2ª Série, reserva-se a Emissora o direito de promover o resgate antecipado facultativo das Debêntures da 2ª Série em circulação mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado ainda não amortizado, nos termos do item *Amortização* acima, acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série devida até a data do resgate antecipado facultativo, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, acrescida de prêmio de 1,0% (um por cento) incidente sobre o volume das Debêntures da 2ª Série objeto do resgate antecipado facultativo sendo que, a partir do 4º ano, inclusive, o prêmio para resgate antecipado facultativo será reduzido para 0,50% (cinquenta centésimos por cento), devendo a Emissora publicar Aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos contados da data de resgate antecipado facultativo. O resgate antecipado facultativo poderá ser da totalidade ou de parte das Debêntures da 2ª Série em circulação sendo, neste último caso, efetuado mediante sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis. O resultado do sorteio para resgate parcial, para as Debêntures registradas no SND, dar-se-á através de operação de compra e venda definitiva, conforme o Regulamento do Sistema Nacional de Debêntures - SND. **2.1.** As Debêntures da 2ª Série serão extintas por ocasião do resgate antecipado facultativo mencionado no sub-ítem 2 do item *Resgate Antecipado Facultativo*. • **Aquisição Facultativa.** A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. As Debêntures adquiridas pela Emissora, na forma deste item, poderão ser

canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, sendo que as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando colocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures então em circulação. • **Vencimento Antecipado.** Conforme decisão dos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos do disposto nos sub-ítem 1 e 2 do item *Vencimento Antecipado*, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, não amortizado, nos termos do item *Amortização* acima, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento de Remuneração de cada série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento e, no caso do inciso (d) do sub-ítem 2 deste item *Vencimento Antecipado*, dos encargos moratórios conforme estabelecidos na Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos sub-ítem 1 e 2 deste item *Vencimento Antecipado*. **1.** Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos itens (a) a (i) abaixo, os quais deverão ser tempestivamente informados pela Emissora e/ou pelas Fiadoras ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula Dez abaixo, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da ciência de sua ocorrência, Assembléia Geral de Debenturistas que deverá ser realizada no prazo mínimo previsto em lei, e deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, salvo se, Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada uma das séries em circulação, separadamente, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, optarem por não declarar o vencimento antecipado da respectiva série: a) vencimento antecipado do Contrato de Financiamento do BNDES; b) alienação ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora, de ativos essenciais à sua atividade, que possa afetar a sua capacidade econômico-financeira; c) alteração da Cláusula 5ª do 3º Termo Aditivo ao Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado em 18 de março de 2003, ou qualquer outra medida que altere a Cláusula 5ª do 3º Termo Aditivo ao Acordo de Acionistas da Companhia, sem a apreciação, pela Assembléia Geral dos Debenturistas, especialmente convocada pela Companhia ou pelo Agente Fiduciário, e aprovação por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de cada uma das séries das Debêntures em circulação, separadamente; d) respeitado o procedimento de substituição de qualquer das Fiadoras, previsto na Escritura de Emissão, e conforme o seu desfecho, dissolução, liquidação, insolvência, pedido de concordata preventiva ou decretação de falência de qualquer das Fiadoras ou da Emissora, podendo, para fins desta Escritura de Emissão, ser considerado como pedido de concordata preventiva ou decretação de falência qualquer procedimento judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação sobre falências e concordatas; e) mudança significativa adversa na condição financeira ou nas perspectivas de negócios da Companhia, que afete ou venha afetar a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações, indicada ou constatada por meio da redução, em pelo menos 02 (dois) níveis, da classificação de risco da Emissão; f) caso a Companhia deixe de deter 100,0% (cem por cento) dos direitos oriundos da concessão de uso de bem público para geração de energia elétrica da qual a Emissora é titular, nos termos e condições do Contrato de Concessão e conforme a legislação aplicável; g) caso a Companhia pague dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e na medida destes, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária nos lucros, se estiver por mais de 15 (quinze) dias corridos em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures; h) caso a Companhia não observe o índice de endividamento total máximo equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) dos seus ativos totais, sendo que, para os fins do presente item, para calcular o “endividamento total” deve-se (i) considerar o principal das dívidas apenas, isto é, não se deve computar, nesse caso, os encargos capitalizados ao saldo devedor e (ii) excluir os mútuos obtidos, pela Emissora, de seus acionistas; e i) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida certa e exigível da Emissora ou de qualquer das Fiadoras em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), valor esse que deverá ser reajustado anualmente pela variação do IGP-M, a partir da Data da Emissão. **2.** Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos itens (a) a (d) abaixo, os quais deverão ser informados pela Emissora e/ou pelas Fiadoras ao Agente Fiduciário, em até 15 (quinze) dias úteis, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas,

independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial: a) falta de cumprimento pela Emissora ou pelas Fiadoras de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, que não as descritas no sub-item 1 do item *Vencimento Antecipado* e na alínea (d) abaixo, não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; b) decretação de intervenção ou extinção, por qualquer forma, da concessão de uso de bem público para geração de energia elétrica da qual a Emissora é titular, nos termos e condições do Contrato de Concessão e conforme a legislação aplicável; c) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer das Fiadoras, cujo valor total inadimplido unitário ou agregado, com relação a qualquer uma das sociedades, seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), reajustado anualmente pela variação do IGP-M, ou a constituição da Emissora ou de qualquer das Fiadoras em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pelas Fiadoras, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de sustação judicial ou depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos de sua ocorrência; e d) não pagamento, pela Emissora ou pelas Fiadoras, do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, nos termos do item *Amortização* acima, da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas datas previstas na Escritura de Emissão. **3.** A Escritura de Emissão fixará os procedimentos a serem adotados na ocorrência de um evento de vencimento antecipado. • **Local de pagamento.** Os pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso, (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (iii) para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da Emissão. • **Observações.** As deliberações foram tomadas por unanimidade. • **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, depois de lavrada a presente ata, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 27 de agosto de 2004.

Assinaturas. João Luiz Serafim da Silva, Miguel Normando Abdalla Saad, Otávio Carneiro de Rezende, Otávio Freitas Ferreira, Cícero Machado de Moraes.

Certifico que a presente é cópia fiel do original.

CARLOS ALBERTO BEZERRA DE MIRANDA - Secretário

 **JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/09/2004
SOB Nº: 2484303
Protocolo: 04/232559-5
Empresa: 43.3 0004146 8
BAESA ENERGETICA BARRA GRANDE S/A


Maria Honória de Bittencourt Souza
SECRETÁRIA-GERAL